

A crise não acabou

Num esforço de fisiologismo, o presidente Michel Temer venceu a primeira. Mas novas denúncias ameaçam sua permanência e seu apoio não é suficiente para aprovar as reformas

Débora Bergamasco e
Patrik Camporez

Na tarde da quarta-feira, dia 2, o presidente Michel Temer estava sentado no sofá da ampla sala de estar de seu gabinete no Palácio do Planalto. Acompanhava o que acontecia dentro da Câmara pela televisão de 72 polegadas e ao telefone, pelos relatos dos ministros que enviou ao plenário para convencer deputados – a todo custo – a livrá-lo de ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal por corrupção passiva. Ficou satisfeito ao acompanhar o desempenho da primeira bancada, de Roraima. O elixir da velha política, composto de liberação de emendas e cargos, surtia efeito. Em junho e julho, Temer havia liberado para cada um dos roraimenses até R\$ 10 milhões em emendas. Dos oito integrantes da bancada, obteve apenas um voto contrário. Mas veio a bancada do Rio Grande do Sul para azedar o humor, com xingamentos de “Temer corrupto”, e, o pior, as traições.

O deputado Luis Carlos Heinze, do aliado PP, assumiu o microfone e, para surpresa do presidente, votou por seu julgamento. “Ele



O BENEFICIADO

O presidente Michel Temer. A vitória veio com emendas parlamentares e sorvete de queijo e limão

esteve aqui comigo! Não vou ficar mais vendo isso”, disse Temer, entre chocado e irritado. Levantou-se do sofá resmungando que não queria mais acompanhar o voto a voto. Deixou na sala alguns correligionários que lhe faziam companhia, como o ministro Sergio Etchegoyen, do Gabinete de Segurança Institucional, e Torquato Jardim, da Justiça. Foi para uma sala privada, contígua à sua, menor – e sem TV. Heinze havia estado cara a cara com o presidente, a última visita delas em julho, às vésperas da votação, e jurou-lhe fidelidade. Integrante da bancada ruralista, beneficiada dias antes com

uma renegociação de dívida de produtores, o deputado havia tratado com o governo a transferência de R\$ 7,8 milhões para suas emendas somente nos últimos dois meses. “Ali é o seguinte. Este voto foi um caso específico. Mas eu voto com o governo. Eu estive com ele, fui ao Banco Central, Planejamento, Conab, mas tudo em nome dos produtores de arroz. Não é nada para mim”, disse, às gargalhadas, ao saber da reação do presidente.

Temer só saiu do isolamento por volta das 20 horas, quando foi avisado que já havia conseguido os



AI QUERER QUANTO?

O ministro da Saúde, Ricardo Barros. No dia da votação de Temer, Barros montou gabinete na liderança do PP na Câmara para liberar recursos a deputados

172 votos redentores. Foi um alívio. Ele permanecerá no cargo por pelo menos mais um mês. A próxima batalha deverá acontecer em setembro, quando o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviará nova denúncia à Câmara, desta vez por obstrução da Justiça. Mesmo com um placar mais modesto do que governistas anunciavam – 263 votos favoráveis e 227 contrários –, a vitória custará caro aos brasileiros. Só no mês de julho, foram empenhados mais de R\$ 2 bilhões para deputados gastarem em suas bases eleitorais (leia o quadro abaixo). Nunca foi tão fácil: todo parlamentar que pediu levou. Os acertos seguiram ainda com a votação em curso, a fim de convencer quem ainda se mostrava indeciso. Naquela tarde da quarta-feira, dia 2, o ministro da Saúde,

Ricardo Barros, que não foi exonerado do cargo para votar pelo presidente e, portanto, estava investido do poder de chefe da Pasta, transferiu seu gabinete da Esplanada para dentro da liderança do PP na Câmara. “Em vez de receber (parlamentares) lá, eu recebo aqui, ué”, disse a ÉPOCA. E armou ali seu balcão de atendimentos. O deputado Paulo Henrique Lustosa (PP-CE) chegou ao “puxadinho” de Barros no PP e comentou com funcionários: “As coisas estão caminhando. Tem de insistir sempre, não é?”. Em resposta, ouviu de um servidor: “O líder (Arthur Lira) já falou com ele (Barros). Está tentando liberar tudo”. O ministro da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy (PSDB-BA), também foi enviado ao Parlamento para desempenhar o mesmo papel.

Circulou dentro do plenário com uma planilha nas mãos conferindo pleitos dos deputados e computando votos. Negociou ali mesmo, a céu aberto.

O ritual se estabeleceu no início de junho, quando começou a irrigar sua base com emendas, favores e cargos. Foram dois meses de ganância, com aliados fiéis e com quem estava em cima do muro. Afinal, os indecisos eram os mais “valiosos”. O jogo foi pesado. Apenas em julho, o governo empenhou R\$ 2,2 bilhões, mais do que tudo que havia empenhado em todo o primeiro semestre – R\$ 1,9 bilhão. No rito burocrático, o empenho é quando o governo autoriza o gasto. Falta, no entanto, a última etapa, que é o pagamento. As emendas são sugestões de gastos que os deputados podem fazer ao Executivo e parte delas o governo é obrigado por lei a pagar. Em geral, parlamentares indicam ao governo que encaminhe recursos a obras ou instituições em suas bases eleitorais, numa forma eficiente de angariar votos. É a mais manjada fonte de desvio de recursos públicos.

Na reta final da votação na Câmara, as emendas jorraram com facilidade. Bastava uma conversa despreziosa com a tropa de Temer nos corredores do Congresso. Eram 18 horas do dia 27 de julho quando o líder do governo André Moura, do PSC de Sergipe, e o deputado Lúcio Vieira Lima, do PMDB da Bahia, seguiam a passos largos em direção ao gabinete do presidente. Não foi necessária muita conversa com Temer. Três dias depois o sistema contábil do governo registrava,

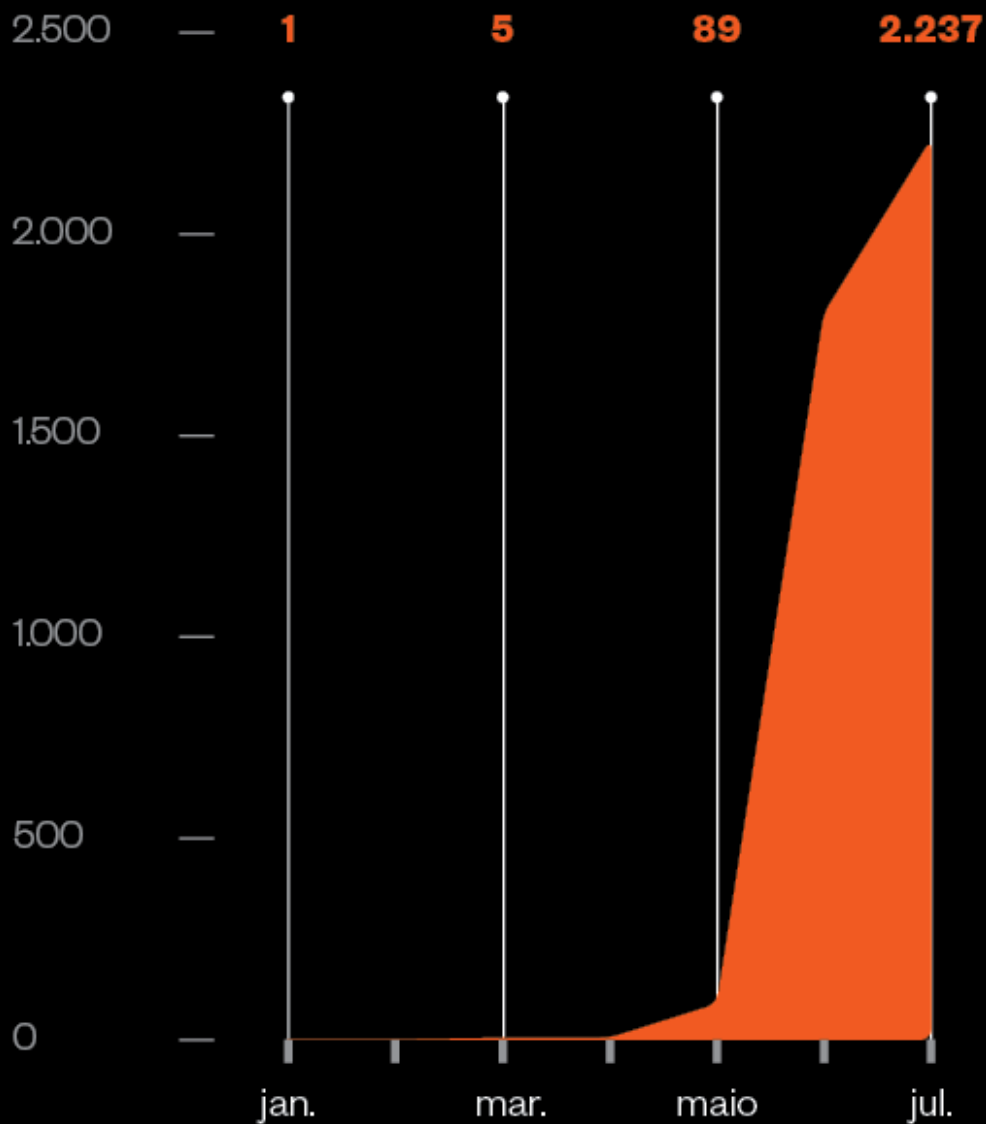




O SALTO DAS EMENDAS

Acuado, Temer liberou o caixa para deputados

Em R\$ milhões (1)



(1) Empenhadas, ainda não efetivamente pagas





respectivamente, a bonificação de R\$ 259.992 e R\$ 663 mil em emendas para a dupla. Dias antes, Moura já tinha se beneficiado com mais um empenho, de R\$ 4,9 milhões, e Lúcio com R\$ 2,7 milhões. Na esbórnica financeira, houve ainda deputados que conseguiram o impensável: empenhar mais de R\$ 10 milhões num intervalo de menos de 30 dias. Somente para o deputado Domingos Neto, do PSD do Ceará, foram R\$ 10,7 milhões em três emendas, o campeão nessa seara. Curioso é que, no ranking dos maiores recebedores, apenas três deputados votaram contra Temer. Houve ainda fidelidade exacerbada. Roberto Goes, do Amapá, não quis saber do posicionamento de seus 18 colegas do PDT e foi o único a votar com Temer. Pudera: em junho e julho conseguiu R\$ 9,8 milhões em emendas.

Em julho, o governo liberou mais verbas a deputados em troca de votos do que nos seis meses anteriores

Essa torneira aberta vai aprofundar o buraco das contas públicas. O Ministério da Fazenda resiste, mas é praticamente certo que não conseguirá cumprir a meta de manter o déficit em inacreditáveis R\$ 139 bilhões. Terá de revisar a meta para um valor maior ainda. Mas a ala política do governo não se importa. Na quarta-feira, ministros do governo que voltaram à Câmara para votar com Temer sustentaram um discurso irreal, de que as receitas vão crescer com uma idealizada recuperação da confiança. “No mês de setembro temos o leilão do pós-

sal e em outubro o leilão do pré-sal. Devem dar em torno de R\$ 9 bilhões. Está tudo dentro do cronograma para acontecer nos próximos dias”, disse a ÉPOCA o ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho. Se mudar a meta fiscal, na verdade o governo despertará a desconfiança do mercado.

Temer ganhou sobrevida, ao menos até a próxima denúncia da Procuradoria-Geral da República. Teve uma vitória que, um ano antes, era impossível a sua antecessora e companheira de chapa, Dilma Rousseff. Ambos acusados de um crime, ambos reconhecidos pela população com uma impopularidade em nível recorde, tiveram destinos opostos. Temer sobreviveu basicamente graças ao fato de ser um egresso da política, que sabe jogar o jogo – por vezes rasteiro – das trocas. Diferentemente dele, Dilma nunca teve nenhuma inclinação por fazer política – fosse a saudável, fosse a das trocas (leia o quadro com as diferenças entre eles).

Por que Dilma caiu e Temer se salvou (na primeira) (Foto: Época) Temer sobreviveu, mas o resultado beneficia apenas a ele e seus aliados. Ao contrário dos discursos do presidente e dos seus, os 263 votos obtidos não autorizam o governo a sonhar com aprovação da fundamental reforma da Previdência. A matéria exige no mínimo 308 votos para ser aprovada, o que significa que o governo precisaria de uma margem de segurança de cerca de 320 deputados. Mas muitos dos deputados que votaram com Temer

são contrários à reforma. Prova disso é que, já na semana passada, deputados da base avisaram ao Planalto que querem votar a reforma política antes da previdenciária. Querem antes aprovar medidas que facilitam suas reeleições em 2018, como a criação de um fundo de mais de R\$ 3 bilhões para custear campanhas.

A vitória magra na semana passada, portanto, não é uma demonstração de força de Temer. Ao contrário: sua base está encolhendo. Em outubro de 2016, na primeira votação crucial, a da PEC do teto de gastos, o governo teve 359 apoiadores na Câmara. Já na espinhosa reforma trabalhista, em abril deste ano, antes da delação de Joesley Batista, da JBF, foram 296 votos. Na quarta-feira, aliados davam como certo que Temer teria entre 280 e 290 votos a seu favor. Chegaram só aos 263 votos.

As defecções mais vistosas de siglas que ocupam ministérios geraram efeito autofágico na base. Partidos como PP, PR, PSD e DEM, que formam o centrão, queixaram-se do PSDB, cujos deputados deram 22 votos favoráveis a Temer e 21 contrários. O centrão está ávido pelos cargos do PSDB, especialmente o Ministério das Cidades, com orçamento de R\$ 20 bilhões. Integrantes do PSD querem de volta a Pasta que já foi comandada pelo presidente da legenda, Gilberto Kassab, hoje à frente da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. “Vou defender que não haja retaliação”, diz o deputado Darcísio Perondi, do





PMDB gaúcho, um dos defensores da atual gestão. Temer estuda fazer retaliações pontuais. Não pretende fazer nenhum movimento que precipite a saída dos tucanos. Com mais denúncias pela frente, Temer quer distensionar.

Durante a votação, na sala de reuniões da 1ª vice-presidência da Câmara, o deputado Fábio Ramalho, do PMDB de Minas Gerais, o presidente da Casa, Rodrigo Maia, do DEM do Rio de Janeiro, e deputados de situação e oposição se juntaram para almoçar a famosa galinhada servida por Ramalho, conhecido como Fabinho Liderança, em sua casa. De frente para a longa mesa de madeira, há um quadro que dá o tom do estado de espírito presidencial e de parlamentares que se protegem mutuamente: “Nesta Casa somos verdadeiros, nos divertimos, pedimos desculpas, damos segundas oportunidades. Abraçamos, perdoamos, somos pacientes, rimos bem alto, amamos. Somos uma família.” Um dia antes, Fabinho lotara seu apartamento com cerca de 60 deputados para confraternizar em torno de Temer, onde resolveram tomar uma providência. Uma não, cinco garrafas da cachaça mineira Providência, produzida em Buenópolis, envelhecida em tonéis de carvalho e amburana e teor alcoólico de 47%. Temer dispensou a bebida e pediu sorvete de queijo com limão, enquanto abraçava os congressistas. Essa camaradagem não garante a aprovação das reformas. Mas ajudou a salvar Temer. Não há relato de coisa parecida feita por Dilma Rousseff, nem mesmo para salvar seu mandato.





POR QUE DILMA CAIU E TEMER SE SALVOU (NA PRIMEIRA)

Fatores que podem explicar
as diferenças de destinos



**HAVIA MANIFESTAÇÕES
NAS RUAS**

**NÃO TINHA APOIO
NO CONGRESSO**

**A CRISE ECONÔMICA
ESTAVA MAIS AGUDA**

**TEVE APOIO DA FIESP NO INÍCIO
DO GOVERNO. DEPOIS PERDEU**

**TINHA UM VICE PRONTO PARA
ASSUMIR E TRABALHANDO
PELO IMPEACHMENT**

**EDUARDO CUNHA ESTAVA NO
COMANDO DA PRESIDÊNCIA DA
CÂMARA, CONSPIRANDO ATIVAMENTE**



**NÃO HÁ MANIFESTAÇÕES
NAS RUAS**

**TEM APOIO DE PARTE
DO CONGRESSO**

**A CRISE ECONÔMICA PERSISTE,
MAS MENOS AGUDA**

**TEM O APOIO DE ENTIDADES
EMPRESARIAIS, COMO A FIESP**

**NÃO TEM UM VICE PRONTO
PARA ASSUMIR E TRABALHANDO
POR SUA QUEDA**

**RODRIGO MAIA ESTAVA NO COMANDO
DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA,
RESISTINDO À TENTAÇÃO**

Estratégia do engano

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

O governo Temer é ruim. Tem alguns méritos, que são superados pelos seus defeitos. Dizer isso não abona o péssimo governo que o antecedeu. Na semana em que Temer errou muito e manobrou verbas, alguns petistas tentaram reescrever a história como se todo o mal do qual padecemos tivesse nascido no dia da posse do atual presidente. É preciso ver o erro inteiro e não apenas a parte que convém politicamente.

No Congresso, a base do governo anterior, durante o debate sobre a denúncia contra Temer, se escandalizava com a liberação de emendas parlamentares em troca de apoio na votação que definiria o destino do presidente. E é mesmo escandaloso. As emendas são impositivas, teriam que ser liberadas e agraciaram também alguns deputados da oposição, mas o uso político do calendário de liberação foi uma manobra visível a olho nu. Pior ainda foi o perdão de parte das dívidas previdenciárias dos ruralistas. Renúncia fiscal é gasto público. O que houve é absurdo e contraditório.

Contudo, os mesmos parlamentares, agora na oposição, não se escandalizaram quando houve uma farrá de renúncia fiscal no governo Dilma que até hoje desequilibra as contas públicas brasileiras porque os benefícios foram concedidos por anos. Esses mesmos parlamentares acham que foi normal usar os bancos estatais através das pedaladas fiscais para mascarar despesas em ano eleitoral. O buraco no qual caímos foi cavado nas administrações petistas, no segundo governo Lula e no período Dilma. A escalada do desemprego começou ao fim de 2014.

O país entrou em déficit primário em 2015 por decisões tomadas nos anos anteriores. Estava claro durante a campanha eleitoral de 2014 que o país estava entrando em recessão como resultado dos erros grosseiros da política econômica comandada por Guido Mantega, da invencionice da “Nova Matriz” assinada por Mantega e Nelson Barbosa. E apesar dos sinais avançados de que a conta chegara, Dilma repetia o discurso preparado pelos seus marqueteiros, hoje réus condenados por corrupção, João Santana e Mônica Moura, de que não havia crise. A estratégia da oposição agora é usar a alta rejeição ao governo Temer e fazer mais um trabalho de manipulação para que o país

esqueça o que houve no passado recente.

Um artigo na semana passada assinado pelo ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho é o exemplo desse esforço orwelliano de mudar a história recente. Ele passeia pelos pontos da crise, a dívida pública crescente, a recessão, como se fossem estrangeiras a ele. Parte do crescimento da dívida foi provocado pelas transferências extravagantes de meio trilhão de reais para o banco no período em que ele o dirigia. A concessão feita pelo governo Temer aos ruralistas, em dinheiro, pode chegar a R\$ 6 bilhões. Muito mais penosas, e difíceis de quantificar, são as concessões que estão sendo feitas aos ruralistas na área ambiental. O retrocesso ficou claro desde a primeira Medida Provisória de desafetação de Jamanxin.

O governo anterior também não foi bom na área ambiental e as várias reduções de unidades de conservação foram um prenúncio do que aconteceu na floresta próxima da BR-163. Os erros passados devem ser registrados para que não se fique com a impressão de que era bom e ficou ruim. Quando o assunto é meio ambiente, pode-se dizer que já era ruim e piorou. Mas, claro, a atenção maior tem que ser ao que está





acontecendo agora porque o perigo é de que ocorram novas agressões. Há uma tendência, politicamente motivada, de fomentar uma indignação seletiva. Isso ficou explícito no plenário da Câmara e faz parte do discurso que tenta aproveitar a intensidade da crise e a baixa popularidade do governo para construir uma versão de que os problemas do país surgiram agora.

O risco desse raciocínio é que ele pretende pavimentar o caminho do mesmo grupo ao poder, sem que tenha sido precedido por qualquer reconhecimento dos erros cometidos. Se tiverem sucesso no projeto, repetirão os mesmos equívocos, já que estão terceirizando todas as consequências desastrosas dos próprios atos. Partidos e grupos políticos, como as pessoas, avançam quando reconhecem seus erros e aprendem com eles. O que está em curso é mais uma tentativa de mentir e enganar.

Metade das operações do FI-FGTS com empresas envolveu propina

Dinheiro do trabalhador. Dos R\$ 24 bilhões investidos pelo FI-FGTS em companhias privadas, R\$ 11,4 bilhões – ou 47,7% do total – foram liberados por meio de pagamento de propinas; um dos casos é o investimento na fábrica de celulose Eldorado, da J&F

Alexa Salomão
Marcelo Godoy

Corrupção e manobras políticas marcam os bastidores dos investimentos do FIFGTS, o fundo mantido com o dinheiro do trabalhador. É o que mostram delações premiadas de investigados em diferentes operações criminais, como Lava Jato e Sépsis. Cruzando os depoimentos com os investimentos, as denúncias indicam que 47,7% dos recursos liberados para empresa envolveram o pagamento de propinas.

O valor pode crescer, porque alguns suspeitos de integrar os esquemas no FI-FGTS e na Caixa Econômica Federal, responsável pela gestão do FGTS, ainda estão sob investigação. O FI-FGTS foi criado em 2007. Tem hoje um patrimônio R\$ 32 bilhões para suportar projetos que buscam fortalecer a combatida infraestrutura nacional, em áreas como transporte, energia e saneamento. Cerca de R\$ 24 bilhões estão investidos em empresas por meio de ações

compradas em bolsa, cotas em fundos, participações em negócios e debêntures.

Pelas denúncias, R\$ 11,4 bilhões alocados diretamente em empresas transformaram o dinheiro do trabalhador em moeda para negociatas entre políticos, seus emissários e empresários.

Esquema.

A delação que sustenta a maior parte das investigações é a de Fábio Cleto ex-vice-presidente de Fundos de Governo e Loterias da Caixa.

Ele detalhou o esquema e apontou como cúmplices o ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que está preso em Curitiba, o investidor Lúcio Funaro, preso em Brasília, e seu ex-sócio Alexandre Margotto. Cunha e Funaro negociam delações. Margotto já fez a sua, corroborando parte do relato de Cleto.

O empresário Joesley Batista, que recebeu R\$ 940 milhões do fundo para por de pé a fábrica de celulose Eldorado, também deu detalhes que confirmam as histórias do ex-executivo da Caixa. Relatos semelhantes aparecem entre as 77 delações de executivos da Odebrecht. Uma delas, por exemplo, relata propina para um ex-conselheiro do FGTS ajudar na liberação de recursos do FI para a

Usina Santo Antônio, em que a Odebrecht é sócia.

Somando o que foi liberado para saneamento, transporte e Santo Antônio, a Odebrecht recebeu mais de R\$ 5,5 bilhões do FI-FGTS. Cleto contou que pessoalmente se envolveu numa dezenas de transações ilícitas no FIFGTS, que renderam mais de R\$ 7 milhões em propinas em valores de hoje (R\$ 520 mil em dinheiro, US\$ 2,1 milhões em depósitos no exterior).

Nada teria vindo a público não fosse um detalhe: a pedido de Cunha, as propinas eram depositadas numa conta da construtora Carioca, na Suíça. Após ser alvo de uma busca e apreensão da Polícia Federal, Cleto descobriu que a Carioca havia delatado esses pagamentos para o Ministério Público Federal. Percebeu que não tinha como escapar. Consultou o criminalista Adriano Salles Vanni e decidiu também delatar.

Outro lado.

A Caixa, que é responsável pela gestão dos recursos do FGTS, enviou nota ao Estado declarando que coopera integralmente com as investigações das autoridades e que criou forças tarefas específicas, constituídas por empregados da área jurídica, financeira e de risco da instituição, para analisarem todos os investimentos do FIFGTS.





“Todo o trabalho é acompanhado pela corregedoria da Caixa, que instaura procedimentos de apuração de responsabilidade sempre que identificadas irregularidades”, diz o texto. Em uma dessas diligências internas, as equipes chegaram a ouvir o ex-executivo Fábio Cleto, que delatou o esquema de corrupção no fundo e no banco estatal.

A preocupação era entender o nível de comprometimento da equipe e existência de irregularidades nos procedimentos internos. “Em resposta, o senhor Fábio Cleto negou a participação de empregado da Caixa ou irregularidade nos procedimentos”, destaca a nota. Ainda assim, as análises internas prosseguem, sendo que os trabalhos são objeto de reuniões regulares entre equipes da Caixa e representantes do Ministério Público Federal e da Polícia Federal. As defesas de Cunha e Funaro negam acusações.

Dinheiro barato levou à corrupção, diz analista

Retorno exigido por instituição privada seria até três vezes superior ao do FI-FGTS

Alexa Salomão
Marcelo Godoy

A força-tarefa da Operação Sépsis, que investiga os esquemas no FI-FGTS e na Caixa, identificou duas falhas básicas na estrutura do fundo que abriram espaço para a corrupção: o tamanho do retorno esperado do FI-FGTS, muito mais baixo do que o exigido pelo mercado; e o alto nível de intervenção política na estrutura da Caixa. O FGTS entrega para o trabalhador 3% mais a Taxa Referencial (TR).

Os investimentos feitos com o FI devem render, no mínimo, o dobro – 6% mais TR. A Caixa anunciou que o resultado em 2016 foi recorde: 8%. Agora, que a inflação está em 3,5% ao ano, os retornos associados ao FI-FGTS até são razoáveis. Mas lá atrás, quando a inflação encostou em 10% e a taxa básica de juros foi a 14%, os retornos exigidos dos projetos eram baixíssimos.

Tão barato, dizem os especialistas, que os aportes com o dinheiro do fundo podiam ser comparados a um financiamento subsidiado – se não pelo Estado,

pelo trabalhador. Segundo profissionais de fundos e bancos de investimento não é segredo para ninguém que os retornos oferecidos pelo FGTS e pelo FI-FGTS estão quilômetros de distância do mínimo razoável no mercado.

“Se fosse comparado a um financiamento do mercado, em dívida ou equity (investimento por meio de compra de participação da empresa), o retorno exigido por uma instituição privada seria bem maior – duas a três vezes maior”, diz Evandro Buccini, economista da gestora Rio Bravo Investimento. Nessa perspectiva, defendem os investigadores, pagar propina para ter o recurso seria mais lucrativo do que buscar outras fontes de financiamento.

Sem autonomia.

O outro fator que teria aberto espaço para negociações é a baixa autonomia dos técnicos da Caixa na seleção dos projetos. Segundo os primeiros levantamentos da Operação Sépsis, o corpo técnico usaria laudos das próprias empresas ou de consultorias contratadas por elas. Também seguiriam ordens dos chefes para priorizar ou protelar o encaminhamento dos projetos. Na avaliação do consultor do Orçamento da Câmara dos Deputados Leonardo Rolim, está

claro que o modelo do fundo falhou. Rolim fez parte do grupo que avaliou a criação do FIFGTS.

Conta que apoiou o lançamento porque se previu que o fundo teria “filtros” para evitar direcionamentos e favorecimentos. As propostas das empresas passariam pelo crivo de técnicos da Caixa e a importância estratégica do investimento seria avaliada pelos integrantes do comitê de investimento. “Precisamos dar mais transparência ao processo; uma alternativa seria deixar público todo o trâmite do projeto, suas taxas, garantias, prazos, retornos esperados.

Não se pode ter nenhum sigilo quando se lida com dinheiro público, ainda mais quando é dinheiro do trabalhador”, diz Roli. Em nota ao Estado, a Caixa reforçou que seus instrumentos de controle são efetivos e que todos os investimentos feitos pelo FI-FGTS seguiram um rigoroso processo de estruturação e aprovação.

“Observou rigorosamente todos os preceitos normativos e de conformidade do banco e do fundo, bem como sua governança corporativa, que é composta por cinco diferentes comitês e contando ao todo com mais de 20 membros distintos”, diz a nota.





O TAMANHO DO ESQUEMA

● Delações premiadas, de quem cobrou e pagou propina dentro de esquemas criados no FI-FGTS e na Caixa, indicam que quase metade dos recursos liberados envolveu negociações escusas

TOTAL DE INVESTIMENTOS DIRETOS E INDIRETOS DE EMPRESAS

R\$ 23,9 bilhões

PARA EMPRESAS CITADAS POR DELATORES
R\$ 11,4 bi

QUE NÃO ESTÁ SOB INVESTIGAÇÃO
R\$ 10,7 bi

SÃO INVESTIGADOS POR OUTROS CRIMES
R\$ 1,8 bi



Usina Santo Antônio	R\$ 2,5 bi
Sete Brasil	R\$ 2,5 bi
Odebrecht Transport	R\$ 2,2 bi
Odebrecht Ambiental	R\$ 965 mi
Eldorado	R\$ 940 mi
Prumo Logística	R\$ 750 mi
FIP Saneamento/Odebrecht Ambiental	R\$ 500 mi
Brado Logística	R\$ 400 mi
Invepar/Metrô Rio	R\$ 387 mi
Via Rondon	R\$ 300 mi

FONTE: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FI-FGTS

INFOGRAFICO/ESTADÃO

Esquema era organizado, segundo delator

A delação do ex-vice-presidente da Caixa Fabio Cleto traz bastidores que mostram como os trâmites com o dinheiro do trabalhador foram politicamente comprometidos e tecnicamente fragilizados por um organizado esquema de corrupção. O executivo contou que foi indicado para a Caixa pelo ex-deputado Eduardo Cunha e lá ficou de 2011 a 2015.

Sua tarefa era votar conforme a orientação do padrinho no Comitê de Investimento do FI, que decide o rumo do dinheiro após o aval da área técnica. Toda terça-feira, às 7h30, ele se reunia com Cunha para receber orientações sobre quais negócios deveria aprovar ou não – e deu detalhes das transações. Relatou ter trabalhado para viabilizar a proposta da ex-LLX, de Eike Batista, hoje Prumo Logística.

O projeto seria bom para o Porto Maravilha, mas tinha problemas nas garantias. Ele pessoalmente ajudou a reorganizar a proposta para que pudesse passar. A LLX recebeu R\$ 750 milhões do FI – e teria rendido

R\$ 6 milhões em propina. A Brado Logística, do Grupo ALL, foi um incômodo.

Membros do comitê ligados a sindicatos queriam vetar o dinheiro porque a empresa teria pendência com funcionários demitidos. Aprovado, o grupo ligado ao esquema, segundo Cleto, ficou com 0,5% dos R\$ 400 milhões liberados à Bravo. Cunha também o orientou a votar contra.

Foi assim com o investimento de R\$ 2,5 bilhões na Sete Brasil, empresa criada para gerenciar a construção e venda de navios sondas para o pré-sal. Segundo Cleto, a operação era muito ruim, cheia de riscos e sem garantias adequadas. Por orientação do governo, porém, deveria ser aprovada em favor da Petrobrás.

Cleto diz ter recebido a ordem de votar contra, não por causa da baixa qualidade do projeto, mas porque Cunha não queria que o governo saísse vencedor. O Comitê votou como o governo pediu. A Sete Brasil

deu R\$ 1 bilhão de prejuízo ao FI-FGTS.

Outro lado.

O advogado Bruno Espiñeira, que defende Funaro, afirmou que não ia se manifestar. O criminalista Délio Lins e Silva Junior, que cuida da defesa de Cunha, disse que o ex-deputado “nega qualquer participação nos fatos e demonstrará isso na ação penal já existente sobre o assunto”. Fernando Martins, que atua na defesa de Eike, disse que ele tem prestado todas as informações solicitadas.

Eike já foi, inclusive, chamado a testemunhar em defesa de Funaro, mas seguindo orientação do advogado exerceu o direito de ficar em silêncio. Para Salles Vanni, defensor de Cleto, a “delação dele é espontânea e extremamente efetiva, pois tudo o que disse está sendo confirmado pelas investigações”.

A.S e M.G.

Empresas envolvidas dizem que colaboram com as investigações

Algumas companhias confirmam e ampliam as denúncias feitas por ex-vice presidente da Caixa Econômica

As empresas têm posições diferentes em relação às investigações no FI-FGTS. Algumas confirmaram e ampliaram as denúncias de Fábio Cleto, ex-vice-presidente da Caixa que participou do esquema de cobrança de propinas. Trechos das 77 delações da Odebrecht, dentro da Lava Jato, narraram casos de pagamento de propina a políticos com trânsito na Caixa e também a conselheiros do fundo nas negociações para obter recursos do FI para diferentes negócios do grupo, como Santo Antônio Energia.

Em nota ao Estado, a Odebrecht declarou que está colaborando com a Justiça no Brasil e em vários países. A delação de Joesley Batista, da J&F, segue na mesma linha e fornece detalhes adicionais sobre cobrança

de propinas no financiamento para a Eldorado e transações com a Caixa. Segundo a assessoria do grupo, “os colaboradores já apresentaram informações e documentos à Procuradoria-Geral da República e continuam à cooperando”.

Acionista.

A Brado Logística está numa posição diferente. Em nota, explica que as denúncias são anteriores à mudança de controle da empresa, em maio de 2015. A nova gestão instaurou uma auditoria para avaliar os contratos e colaborar com as autoridades. A Prumo Logística se encontra em situação similar. Desde 2013, a companhia possui um novo controlador, e Eike Batista possui atualmente somente 0,19% do capital da empresa. Em nota, declarou desconhecer qualquer tipo de irregularidade na contratação do empréstimo do FI-FGTS, feito pela empresa LLX em 2012.

Mas reforçou que o empréstimo foi concedido de acordo com as condições de mercado da época e todo o montante (R\$ 750 milhões) foi integralmente investido na construção da infraestrutura do Porto do Açu, incluindo dragagem, cais e canal de acesso. A Invepar declarou que soube das denúncias de cobrança de propina para o Metrô do Rio pela imprensa. Realizou auditoria interna e contratou uma empresa internacional para uma auditoria independente.

“Nenhuma das duas investigações identificou dentro da Invepar evidências de ilícitos, suborno ou corrupção na obtenção e utilização dos recursos”, disse a empresa em nota ao Estado. O Comporte disse que “segue colaborando com as autoridades para o total esclarecimento dos fatos”. O grupo é acionista do Splice, controlador da BR Vias, concessionária da Via Randon, que recebeu recursos do FI-FGTS.

A.S. e M.G.

Um concerto para todos os naipes

É hora de reforçar e ampliar a ação do governo, tanto para apressar a recuperação da economia quanto para facilitar a arrumação das contas públicas. Enquanto uma parte do Executivo se empenha em consertar as finanças, outra deve esforçar-se para dinamizar as concessões e mobilizar capitais para investimentos em infraestrutura.

Sinais de animação continuam surgindo, principalmente nas empresas mais preparadas para exportar. Mas o desemprego continua muito alto, o consumo permanece fraco e a maior parte da indústria depende, ainda, de um puxão mais forte para ganhar velocidade. O setor público é o mais indicado, neste momento, para proporcionar tração ao conjunto dos negócios.

Com ampla capacidade ociosa, a maior parte da indústria só investirá de forma significativa quando a retomada dos negócios estiver bem mais avançada. Confiança é um fator importante para a decisão de investir, mas insuficiente. Mesmo com a redução da incerteza política, ainda faltarão razões objetivas para o empresário cuidar da ampliação ou mesmo da modernização da capacidade produtiva.

Os juros em queda também serão um dado positivo, mas ninguém compra máquinas só porque o crédito ficou mais fácil – de fato, nem tão fácil ainda, no caso brasileiro. Do lado do consumo, a inflação mais baixa e a consequente preservação da renda real também seriam estímulos poderosos, se as condições de emprego estivessem mais claras.

Mas, apesar de alguma criação de oportunidades, ainda há cerca de 13,5 milhões de pessoas em busca de vagas. Isso equivale a 13% da força de trabalho. As famílias têm sido mais cuidadosas no endividamento e têm melhores condições de voltar às compras, mas o cenário ainda impõe muita cautela no uso do dinheiro. Quanto ao governo, tem-se voltado principalmente para o desafio de arrumar as contas públicas.

Com receita menor que a esperada, está muito difícil fechar o balanço do ano com um superávit primário (sem o peso dos juros) dentro do limite de R\$ 139 bilhões. Em breve será preciso decidir se a meta fiscal de 2017 será revista e se o ajuste previsto para os próximos anos

será recalibrado. Economistas do mercado têm-se mostrado dispostos a aceitar objetivos menos ambiciosos por algum tempo.

A equipe econômica mantém um capital de credibilidade. Com ou sem revisão das metas, será indispensável cuidar da reforma da Previdência e da renovação dos padrões do gasto público. É essencial tornar o Orçamento mais flexível para racionalizar o gasto público, dar mais eficiência à administração e facilitar a busca do equilíbrio fiscal.

Um orçamento engessado, como tem sido há muito tempo o brasileiro, é um campo fértil para o desperdício, a pilhagem e o desajuste. Mas o governo precisa oferecer mais que o esforço de reparação e racionalização das finanças públicas. Enquanto a produção se mantiver muito lenta e faltar dinamismo aos negócios, nem o trabalho na área fiscal produzirá resultados plenamente satisfatórios.

Sem uma expansão razoável dos negócios, a arrecadação será insuficiente para as funções da administração, tanto as de rotina como as necessárias para a modernização do País e a promoção do bemestar. Além disso, a receita da Previdência continuará prejudicada pelo desemprego elevado, mas o pagamento de benefícios continuará aumentando.

Enquanto procura controlar suas finanças, o governo precisa fazer muito mais para reanimar a economia. O caminho mais evidente é o das concessões e da promoção de investimentos em infraestrutura – importante por seus efeitos diretos e ainda mais, a curto prazo, pelos estímulos a indústrias e à geração de empregos.

Algumas concessões, é preciso reconhecer, deverão servir de imediato principalmente para gerar receitas extraordinárias. Mas outras deverão gerar demanda para várias indústrias. É preciso, no entanto, fazer funcionar a orquestra do governo.

Só se ouvem, por enquanto, os naipes da área fiscal. É urgente despertar os outros. Isso é trabalho para um bom regente. Cabe ao diretor geral, o presidente da República, escalar esse maestro.

As pressões contra o novo Fies

Baixada há um mês com o objetivo de acabar com a oferta indiscriminada de crédito estudantil, reduzir os custos operacionais e diminuir as taxas de inadimplência, a Medida Provisória (MP) 785, que impõe novas regras para o funcionamento do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) a partir de 2018, já recebeu 278 propostas de emendas.

Desse total, 42 foram apresentadas por parlamentares vinculados a entidades como a Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) e Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes). Isso dá a medida da resistência ao fim da farra que, durante os 13 anos e meio do lulopetismo, possibilitou vultosos negócios no âmbito do ensino superior privado, levando ao surgimento de grandes conglomerados educacionais financiados por fundos estrangeiros e com ações cotadas em bolsas de valores.

Essas corporações reclamam, entre outras coisas, das medidas que aumentam sua responsabilidade nos casos de inadimplência, reduzindo as obrigações do governo federal. Atualmente, as universidades privadas destinam 6,5% do valor das mensalidades para um fundo responsável por cobrir a inadimplência do Fies. Pelas novas regras do programa, esse patamar ficará entre 13% e 20%.

Num total de 2,6 milhões de contratos ativos, a taxa de inadimplência dos estudantes financiados pelo Fies, por atrasos acima de 310 dias, era de 16,4%, no início de 2017. Segundo os técnicos do Tesouro Nacional, ela poderá crescer nos próximos meses, uma vez que uma parcela relevante dos contratos de financiamento estudantil não atingiu a fase de amortização, pois os alunos ainda não concluíram o curso.

Com as novas regras do Fies, as autoridades econômicas querem fechar um buraco negro nas finanças públicas. Só em 2017, o custo fiscal desse programa está estimado pelas autoridades econômicas em R\$ 30,2 bilhões – o equivalente a 0,5% do PIB. “Enquanto mais de 1 milhão de novas matrículas (não financiadas) foram realizadas na rede privada entre 2009 e 2015, o Fies concedeu, no mesmo período, mais que o dobro de

novos financiamentos, alcançando 2,2 milhões de estudantes.

Assim, boa parte desses contratos foi celebrada com estudantes que já cursavam o ensino superior”, diz a Nota Técnica preparada para análise do tema pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, o que revela como as universidades privadas usaram o Fies para transferir seus riscos para a União.

Os conglomerados educacionais reclamam, também, da obrigação de pagar uma tarifa de 2% sobre as mensalidades financiadas, que é a remuneração aos agentes financeiros responsáveis pelas operações de crédito. Só com essa medida, o novo Fies economizará aos cofres públicos R\$ 300 milhões por ano. Isso significa que, em dez anos, o Tesouro estará poupando de R\$ 6 bilhões a R\$ 7 bilhões, que poderão ser revertidos para a educação pública, e não para multiplicar os lucros dos empresários do setor educacional privado.

O reajuste das mensalidades é uma das alterações que as universidades particulares querem promover na MP 785. Pela proposta do governo, as instituições têm de definir a previsão do reajuste na assinatura dos contratos de financiamento. Para elas, essa regra as impedirá de repassar para as mensalidades não só as taxas de inflação, mas, também, os eventuais investimentos que fizerem. Outra emenda patrocinada pelas instituições prevê o uso do FGTS para pagamento do financiamento estudantil.

Definidas em meio a um controle mais severo das finanças públicas, as regras impostas pela MP 785 ao Fies consolidam modelo mais restritivo e responsável na concessão de crédito estudantil. Acostumadas a registrar lucros milionários e a atuar sem riscos na época do antigo Fies, era natural que as universidades resistissem a essa mudança.

Elas não perceberam que, com o fim do capitalismo de compadrio do lulopetismo, seus lucros, a partir de agora, terão de vir da qualidade de seus sistemas de gestão, e não de benesses do poder público.

A voracidade dos juízes

Estimulados pela decisão do Conselho Superior do Ministério Público de incluir no orçamento de 2018 um reajuste de 16,7% nos salários dos procuradores da República, os presidentes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), da Associação dos Juízes Federais (Ajufe) e da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) reuniram-se com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, para reivindicar aumento de 16,3%.

Além disso, pediram uma reunião com o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator de um projeto de lei que prevê reajuste, no mesmo percentual, para toda a magistratura. Entre outros argumentos, os presidentes dessas associações alegam que, se outras categorias do funcionalismo público tiveram os vencimentos reajustados em 2016 e 2017, não é justo que a magistratura fique de fora.

Também afirmam que, se os salários dos juízes não forem aumentados, eles passarão a receber menos do que consultores legislativos do Senado e da Câmara dos Deputados, auditores do Tribunal de Contas da União, Defensores Públicos, advogados da União e delegados da Polícia Federal. E isso comprometeria a hierarquia funcional da administração pública e o equilíbrio dos Poderes, afirmam os imaginosos dirigentes dessas entidades.

“Os associados me perguntam por que outras categorias tiveram reajuste e nós não. A crise econômica só vale para a magistratura?”, indaga o presidente da Ajufe, Roberto Veloso, depois de lembrar que as perdas acumuladas pelos juízes federais chegam a 41% e de justificar as férias de 60 dias a que os juízes federais têm direito – o dobro dos demais trabalhadores do País.

Isso seria uma forma de compensar o fato de magistrados não terem direito a hora extra nem ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, explicou, esquecendo-se de que ele e seus colegas de toga jamais são ameaçados pelo desemprego. Esses argumentos dão a medida do irrealismo de certos setores da magistratura, que jamais entenderam que os Poderes são três, mas o cofre é um só e a responsabilidade pelo equilíbrio fiscal

é do Executivo.

Com quase 14 mil integrantes, a magistratura é uma das categorias com os salários mais altos da administração pública. Mesmo assim, jamais deixou de imaginar subterfúgios legais para ganhar mais do que o teto do funcionalismo estabelecido pela Constituição, hoje de R\$ 33.763.

Graças a benefícios absurdos e imorais, como auxílio-aluguel e auxílio-creche, o salário médio dos juízes do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por exemplo, é de R\$ 45,9 mil, como lembra a pesquisadora Luciana Cardoso em sua tese de doutorado recém-defendida na Fundação Getúlio Vargas.

Ela também mostra que os juízes brasileiros ganham mais do que os juízes franceses, alemães, suecos, espanhóis e portugueses. Diante da crise econômica, responsável por uma queda na arrecadação que vem comprometendo a oferta de serviços públicos essenciais para toda a população, a pretensão desses grêmios da magistratura é, mais do que despropositada, aviltante.

Como o teto constitucional do funcionalismo é vinculado aos vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, um aumento de 16,3% pleiteado pelos juízes produziria um efeito cascata em toda a cúpula da administração pública, agravando ainda mais a crise fiscal.

Felizmente, alguns membros da mais alta Corte do País – à qual caberá discutir na próxima semana em sessão administrativa o reajuste pleiteado pelos juízes – têm consciência desse risco e já afirmaram que não apoiarão pretensões perdulárias. “Qualquer reajuste acarretará um desgaste incrível em termos institucionais.

O momento é de extrema cautela, pois o País está numa situação delicada e precisamos colaborar para que saia dessa situação”, afirma o ministro Marco Aurélio. Por seu lado, a presidente do STF recebeu os presidentes das associações de juízes, mas sinalizou que também desaprova o pedido de reajuste. Resta esperar que os demais membros da Corte sejam igualmente sensatos.